



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO N. 22/2018 .

TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N. 22/2018
(evento [0340789](#))

PROCESSO SEI N. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2018

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, com sede na SCS quadra 01, Bloco G, Nº 30, Sala 1108, Parte B, Edifício Baracat - ASA SUL - Brasília/DF, CEP: 70.309-900, Telefone(s): (61) 3037-2281 / 98185-2563, E-mail(s): loliveira@eacegroup.com, neste ato representada pelo Senhor **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG RNE V871147Q – Delemig e do CPF 702.506.901-95, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 107/2021GABPRES, de 01/06/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento 0695727), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 111** (cento e onze) **dias corridos**, a contar de 03/06/2021 e data final em 21/09/2021, sem ônus para o Contratante; e

II – **prorrogar o prazo de execução** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 141** (cento e quarenta e um) **dias corridos**, a contar de 20/03/2021 e data final em 07/08/2021, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I e II deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** **deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, *caput* e Subcláusula Terceira, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 01 de junho de 2021.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo Contratante	LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N.
22/2018/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**1. Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão em relação ao valor inicial do contrato já efetivados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 22/2018 (assinado em 01/10/2018) – Volume VI do PA (evento 0340789). a) Prazo de Vigência de 255 dias corridos, a contar de 01/10/2018 até 13/06/2019; e b) Prazo de Execução de 165 dias corridos, a contar de 16/10/2018 até 30/03/2019. Valor inicial: R\$ 127.720,50	R\$ 127.720,50	-
1º Termo Aditivo (assinado em 13/06/2019) – Volume VII do PA (evento 0423885): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 14/06/2019 até 10/12/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 31/03/2019 até 26/09/2019), sem ônus para o Contratante.	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>2º Termo Aditivo (assinado em 04/12/2019) – Volume VIII do PA (evento 0483952):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 11/12/2019 até 07/06/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 27/09/2019 até 24/03/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020) – Volume IX do PA (evento 0526404):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 08/06/2020 até 04/12/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 25/03/2020 até 20/09/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>4º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2020) – Volume X do PA (evento 0627949):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 05/12/2020 até 02/06/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 21/09/2020 até 19/03/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>5º Termo Aditivo (assinado em</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

___/06/2021) – Volume XII do PA (evento 0697746):		
a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 111 dias corridos, a contar de 03/06/2021 até 21/09/2021, sem ônus para o Contratante; e		
b) Prorrogação do prazo de execução por mais 141 dias corridos, a contar 20/03/2021 até 07/08/2021), sem ônus para o Contratante.		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAIS CÔMPUTOS DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 127.720,50
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%

**ANEXO II DO TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N.
22/2018/TRE-RO**

1. Quadro comparativo que demonstra os novos prazos concedidos à Empresa Fox Engenharia para a finalização do objeto contratado, utilizado como parâmetro para este aditivo, e como ficam os novos prazos deste contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA:

Empresa	Contrato	Último Aditivo	Prazos de Vigência do Contrato/Execução
----------------	-----------------	-----------------------	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FOX ENGENHARIA	Contrato n. 027/2017 (evento 0254602)	Termo Aditivo n. 07 (evento 0692809)	Prazo de vigência – 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021 Prazo de execução - 90 (noventa) dias corridos, a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021
EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA	Contrato n. 22/2018 (evento 0340789)	Aditivo Atual	Prazo de vigência – 111 (cento e onze) dias corridos, a contar de 03/06/2021 e data final em 21/09/2021 (Considerado o término do prazo fixado no 4º Aditivo e 30 dias após 22/08/2021 - Prazo final da Empresa FOX Engenharia) Prazo de execução - 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 20/03/2021 e data final em 07/08/2021 (Considerado o término do prazo fixado no 4º Aditivo e 30 dias após



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

			08/07/2021 - Prazo final da Empresa FOX Engenharia)
--	--	--	---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 02/06/2021, às 19:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 03/06/2021, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 04/06/2021, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/06/2021, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0697746** e o código CRC **E3875325**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 7/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COSEG para conhecimento da Sra. Coordenadora,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assunto: Prorrogação do Contrato nº 22/2018 ([0340789](#)), celebrado entre a União e a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, para a prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de **FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM** contratados pelo TRE/RO para construção do complexo da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

Senhor Secretário,

Considerando que a referida fiscalização recai sobre a contratada Fox Engenharia Ltda ([0002397-77.2017.6.22.8000](#)), que por meio do Ofício FOX-SE n. 022, de 24/03/2021 ([0675140](#)), requereu a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato para o cumprimento das obrigações ainda pendentes e relacionadas aos projetos executivos, a saber: apresentação de novo relatório de compatibilidades, Plano BIM, Selo PROCEL e questionamentos da EACE - empresa fiscalizadora dos serviços objeto deste contrato.

Que o contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA é imprescindível para esta unidade técnica frente à fiscalização dos projetos apresentados pela empresa Fox Engenharia Ltda e conforme Manifestação nº 1/2021 - COMISSÕES/CFEP ([0677586](#)) elaborada pela comissão de fiscalização pode-se observar o importante papel da empresa EACE nas análises e reanálises dos projetos apresentados pela projetista Fox Engenharia Ltda.

Assim, diante da solicitação de prorrogação dos prazos de vigência e execução da empresa projetista da nova sede do TRE-RO e Fórum Eleitoral da Capital e a iminência do esgotamento do prazo de vigência do contrato com EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA, que auxilia a comissão de fiscalização devido ao reduzido quadro de profissionais técnico do Tribunal frente a complexidade do objeto do contrato com a Fox Engenharia Ltda.

Assim, conseqüentemente para a unidade técnica a vigência do contrato com a empresa Fox Engenharia Ltda somada à pendência de entregas de produtos do objeto do contrato com a projetista refletem na vigência da contratada EACE Engenheiros Associados Consultores em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Engenharia Ltda na tarefa de fiscalizar os projetos elaborados pela FOX em apoio à atuação da comissão de fiscalização.

Ademais, convém ressaltar que a contratada EACE solicitou informação acerca da existência de ressarcimento no caso de atualizações das garantias, pois cada vez que há prorrogação do contrato a referida empresa precisa prorrogar a garantia, dessa forma necessita pagar novamente a seguradora. No entanto, ressalta-se que não há previsão contratual a respeito do ressarcimento em caso de atualizações das garantias.

Ante o acima exposto e a concordância da contratada EACE em prorrogar o contrato, conforme e-mail (0687477), manifestamo-nos, s.m.j., pela prorrogação da presente contratação pelo prazo de 212 (duzentos e doze) dias no tocante à vigência e de 277 (duzentos e setenta e sete) dias no que concerne ao prazo de execução, passando a vigor com as seguintes datas:

- Prazo de Vigência: data inicial em 03/06/2021 e data final em 31/12/2021;
- Prazo de Execução: data inicial em 20/03/2021 e data final em 21/12/2021.

Observo que o presente aditivo não gerará ônus ao TRE-RO.

Nada mais havendo, oportunamente remetemos os autos para deliberação superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 04/05/2021, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0687489** e o código CRC **0BB4C02F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo n. 022/2018 – Objeto: FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM.

Minuta de Termo Aditivo 5. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 46 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

02. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA. firmaram o Contrato 022/2018 ([0340789](#)), prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos n. 1 ([0423885](#)), n. 2 ([0483952](#)), n. 3 ([0526404](#)) e n. 4 ([0627949](#)), pelo qual o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram adiados para 02/06/2021 e 19/03/2021, respectivamente.

03. Nos eventos 0677492 e [0680680](#), verifica-se que, em decorrência da proximidade da expiração do instrumento contratual, a unidade gestora (Seção de Manutenção Predial – SEMAP), por meio de e-mail, solicitou a manifestação da empresa contratada quanto a intenção de prorrogação da vigência do Contrato citado por mais 212 dias. Esta, por sua vez, concordou com a dilação do referido prazo (0687477).

04. Conforme a Manifestação n. 7/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0687489), a SEMAP levou ao conhecimento do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que algumas atividades da contratada FOX Engenharia têm sofrido atrasos, restando prejudicada a fiscalização dos seus projetos pela empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENGENHARIA LTDA., e, por tal motivo, manifesta-se pela prorrogação da vigência e da execução do contrato n. 22/2018.

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular, considerando a Manifestação acima relatada, encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e à esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Despacho n. 1913/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - 0687754).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato n. 022/2018 (0689745) e direcionou os autos a AJDG para elaboração de parecer jurídico ([0689748](#)). É o breve e necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

12. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Manifestação n. 7/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0687489](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 022/2018**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

15. Enfatiza-se que a fiscalização contratada recai sobre os projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM elaborados pela empresa FOX ([0002397-77.2017.6.22.8000](#)), a qual assinou com este Tribunal o Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)).

16. No caso em tela, o serviço de fiscalização não será concluído de acordo com o planejado, pois a finalização dos projetos se encontra em atraso e dependem de procedimentos da empresa Fox Engenharia Ltda., conforme registro nos autos [0002397-77.2017.6.22.8000](#), por essa razão a unidade SEMAP entende que o contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA é imprescindível para a unidade técnica frente à fiscalização dos projetos apresentados pela empresa Fox Engenharia Ltda e conforme Manifestação nº 1/2021 - COMISSÕES/CFEP ([0677586](#)) elaborada pela comissão de fiscalização pode-se observar o importante papel da empresa EACE nas análises e reanálises dos projetos apresentados pela projetista Fox Engenharia Ltda. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do V, § 1º do dispositivo supracitado.

17. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, inoocorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure**. A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual.** Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

18. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do Contrato nº 22/2018 no PSEI [0002685-88.2018.6.22.8000](#).

19. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei n. 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

20. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade demandante quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato n. 022/2018 ([0687489](#)).

21. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0340789](#)) com fundamento no art. 57, art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

22. O Contrato n. 022/2018 ([0340789](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

23. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

24. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

25. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do a

juste.

IV – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade de gestão e fiscalização do contrato n. 022/2018 (SEMAP), esta unidade jurídica opina pela **prorrogação dos prazos de execução por mais 277 (duzentos e setenta e sete) dias e de vigência do ajuste, por mais 212 (duzentos e doze dias) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018.

27. Quanto à minuta do **Quinto Termo Aditivo** juntada ([0689745](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

28. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 12/05/2021, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0690614** e o código CRC **727CFB34**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Prorrogação Contratual.

DECISÃO Nº 107 / 2021 - PRES/GABPRES

Vistos.

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, foi firmado o **Contrato n. 22/2018** com a sociedade empresária EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA., para prestação de serviços técnicos de **fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM** para construção do complexo das novas Sedes do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital (evento [0340789](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na atual fase, vieram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca da prorrogação do prazo da vigência contratual por mais 212 dias e do prazo de execução dos serviços por mais 277 dias, proposta por este Tribunal, ante a iminência do término do prazo de vigência do contrato n. 22/2018 e a pendência de conclusão do seu objeto, o que foi aceito pela empresa contratada (eventos [0677492](#) e [0687477](#)).

Em sua manifestação, a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), gestora do contrato, assinala que a fiscalização exercida pela contratada, em apoio à atuação da comissão de fiscalização, recai sobre os projetos contratados com a empresa Fox Engenharia Ltda., cuja contratação foi prorrogada recentemente (evento [0687489](#)).

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG), por meio do Parecer Jurídico 46 (evento 0690614), após a análise do caso, manifestou-se pela prorrogação do prazo de execução e de vigência do ajuste, nos termos propostos, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018. Por fim, manifestou-se pela aprovação formal da minuta do Quinto Termo Aditivo juntada no evento [0689745](#).

Em seguida, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e a Diretoria-Geral (DG) também se manifestaram **favoráveis à prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 22/2018 por mais 212** (duzentos e doze) **dias corridos**, a contar de 03/06/2021 e data final em 31/12/2021, e **o prazo de execução por mais 277** (duzentos e setenta e sete) **dias corridos**, a contar de 20/03/2021 e data final em 21/12/2021, sem ônus para o Contratante, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [Inc. I e V do art. 57 da Lei nº. 8.666/93](#) e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Originário.

Manifestaram-se, ainda, pela renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato Originário e com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) e assinalaram que a minuta do termo aditivo carreada aos autos (evento [0689745](#)) já foi devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica (eventos [0692327](#) e [0694658](#)).

É o relatório. Decido.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A questão trazida à análise cinge-se à prorrogação do prazo de vigência do **Contrato nº. 22/2018** (evento 0340789) **por mais 212** (duzentos e doze) **dias corridos**, a contar de 03/06/2021 e data final em 31/12/2021, e **do prazo de execução por mais 277** (duzentos e setenta e sete) **dias corridos**, a contar de 20/03/2021 e data final em 21/12/2021, sem ônus para este Contratante, mantidos os demais termos e condições pactuados.

Extraí-se dos autos que a necessidade de prorrogação do referido contrato decorre da pendência de conclusão dos projetos contratados com a empresa Fox Engenharia Ltda., vez que a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda., fora contratada para exercer a fiscalização dos mencionados projetos. Assim, a pendência de entregas de produtos objeto do contrato pela empresa projetista, refletem na vigência da contratação pactuada nestes autos.

É importante registrar que a contratada anuiu à prorrogação contratual proposta por este Regional (evento [0687477](#)).

Analisando o caso em exame, tanto a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico 46 (evento 0690614), quanto a SAOFC e a DG (eventos [0692327](#) e [0694658](#)) manifestaram-se pela prorrogação contratual nos termos propostos pelo gestor do contrato.

Apenas para uma melhor visualização dos marcos temporais do **Contrato nº. 22/2018**, firmado no valor de **R\$ 127.720,50** (cento e vinte e sete mil setecentos e vinte reais e cinquenta centavos), e **suas prorrogações**, nas quais foi mantido o citado valor originalmente contratado, registram-se as informações que adiante seguem:

Contrato originário/ Aditivos	Prazos de vigência do contrato/execução
Contrato nº. 22/2018 (evento 0340789)	Prazo de vigência - 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias , contados a partir da assinatura do contrato; Prazo de execução - 165 (cento e sessenta e cinco) dias , contados a partir do recebimento dos arquivos digitais ou, eventualmente, dos projetos físicos enviados pelo CONTRATANTE e do recebimento da ordem de serviço.
ADITIVO N. 1 (evento 0423885)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 14/06/2019 e data final em 10/12/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 31/03/2019 e data final em 26/09/2019.
ADITIVO N. 2 (evento 0483952)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 11/12/2019 e data final em 07/06/2020; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 27/09/2019 e data final em 24/03/2020
ADITIVO N. 3 (evento 0526404)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 08/06/2020 e data final em 04/12/2020; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 25/03/2020 e data final em 20/09/2020.
ADITIVO N. 4 (evento 0627949)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 05/12/2020 e data final em 02/06/2021; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 21/09/2020 e data final em 19/03/2021.

Conquanto não se questione a necessidade da prorrogação contratual, impende anotar que em data recente foi proferida a Decisão 99 (evento 0692373 do PA 0002397-77.2017.6.22.8000), que prorrogou por 90 (noventa) dias os prazos da vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 027/2017 (evento 0254602), firmado com a empresa FOX ENGENHARIA, que agora terminarão em 21/08/2021 e 07/07/2021, respectivamente.

Assim, considero **excessiva a prorrogação do prazo de vigência por mais 212 dias e o de execução dos serviços por mais 277**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias, conforme sugerido pelo gestor do contrato, no que foi acompanhado pelas demais Unidades que se manifestaram acerca da questão em comento.

Considerando os prazos de **vigência, de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias a partir da assinatura do contrato, e de execução dos serviços, de 165 (cento e sessenta e cinco) dias**, iniciado com eventuais demandas relacionadas ao projeto básico preliminar, previstos na Cláusula Quarta do Contrato n. 22/2018 (evento 0340789) e a prorrogação concedida à empresa FOX ENGENHARIA e, ainda, o liame existente entre as duas contratações, considero coerente conceder o prazo de 30 (trinta) dias à empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda., após o término dos novos prazos de vigência (21/08/2021) e de execução (07/07/2021) concedidos à empresa projetista.

Nesse contexto, teremos como ponto de partida para este aditivo contratual os prazos avençados no **4º Aditivo** firmado entre a **Empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA.**, e este Tribunal (**vigência - 180 dias, a contar de 05/12/2020 e final nesta data, 02/06/2021 e Execução -180 dias, a contar de 21/09/2020 e data final já vencida em 19/03/2021**) e a última prorrogação concedida recentemente à empresa FOX Engenharia (**Prazo de vigência – 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021 e Prazo de execução - 90 (noventa) dias corridos, a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021.**

Traçamos, a seguir, quadro comparativo que demonstra os novos prazos concedidos à Empresa Fox Engenharia para a finalização do objeto contratado, utilizado como parâmetro para este aditivo, e como ficam os novos prazos deste contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA:

Empresa	Contrato	Último Aditivo	Prazos de Vigência do Contrato/Execução
FOX ENGENHARIA	Contrato n. 027/2017 (evento 0254602)	Termo Aditivo n. 07 (evento 0692809)	Prazo de vigência – 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021 Prazo de execução -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			90 (noventa) dias corridos , a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021
EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA	Contrato n. 22/2018 (evento 0340789)	Aditivo Atual	Prazo de vigência – 111 (cento e onze) dias corridos, a contar de 03/06/2021 e data final em 21/09/2021 (Considerado o término do prazo fixado no 4º Aditivo e 30 dias após 22/08/2021 - Prazo final da Empresa FOX Engenharia) Prazo de execução - 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 20/03/2021 e data final em 07/08/2021 (Considerado o término do prazo fixado no 4º Aditivo e 30 dias após 08/07/2021 - Prazo final da Empresa FOX Engenharia)

Ante as informações coligidas, as ponderações consignadas pelas unidades SEMAP (evento 0687489), AJDG (evento [0690614](#)), SAOFC (evento [0692327](#)) e DG (evento [0694658](#)), bem como os termos da minuta do Quinto Termo Aditivo ao Contrato n. 022/2018, aprovada pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AJDG nos moldes do disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos, decido:

I - AUTORIZAR a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) por mais 111 (cento e onze) dias corridos, a contar de 03/06/2021 e data final em 21/09/2021, e o prazo de execução por 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 20/03/2021 e data final em 07/08/2021 sem ônus para este Contratante, mantidos os demais termos e condições pactuados, , desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento nos [incisos V e VI do §1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula quarta do Contrato Originário; e

II

DETERMINAR a notificação da empresa contratada para a renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#), c/c a Cláusula Sexta do Contrato Originário.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para acompanhamento da conclusão dos trabalhos com a fiel observância dos prazos ora concedidos e adoção das demais providências decorrentes desta Decisão.

Porto Velho, 26 de maio de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 02/06/2021, às 18:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0695727** e o código CRC **AEC93002**.